

PROJETO EXECUTIVO
PINTURA DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE ONOFRE MORETTI

1. APRESENTAÇÃO

É apresentado neste volume, todos os elementos, critérios e definições utilizados na elaboração do PROJETO PARA PINTURA DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE ONOFRE MORETTI

Apresentamos os estudos e projetos desenvolvidos de forma definitiva envolvendo as atividades das diretrizes básicas para elaboração do projeto.

O presente Projeto Executivo está composto da seguinte forma:

1.1 PLANILHA ORÇAMENTÁRIA:

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
OBRA:		PINTURA DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE ONOFRE MORETI							17/06/2024
PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP						BDI	DATA BASE		
LOCAL: RUA SÃO SEBASTIÃO, S/Nº - ITIRAPUÃ/SP							25,22%		
RESPONSÁVEL TÉCNICO: ARTHUR BORGES PRÉVE - ENG. CIVIL - CREA MG 211.840/D							SINAPI SP 04/2024 (Desonerado)		
ORÇAMENTO ANALÍTICO									
ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANTID.	PREÇO UNIT. (R\$) SEM BDI	PREÇO UNIT. (R\$) COM BDI	VALOR (R\$)	
PINTURA DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE ONOFRE MORETI									
1			SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1	SINAPI	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	6,00	315,03	394,48	2.366,88	
			SUBTOTAL ITEM 1					2.366,88	

2			PINTURA INTERNA					
2.1	SINAPI	88497	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	M2	3.195,57	20,17	25,26	80.720,15
2.2	SINAPI	88496	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM TETO, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	M2	1.017,66	36,27	45,42	46.222,24
2.3	COMPOSIÇÃO	COMP005	PINTURA ESMALTE EM SUPERFÍCIE DE CONCRETO /ALVENARIA, DUAS (2) DEMÃOS, EXCLUSIVE SELADOR ACRÍLICO E MASSA ACRÍLICA/CORRIDA (PVA)	M2	1.612,95	28,35	35,50	57.259,73
2.4	SINAPI	88489	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	1.582,62	13,91	17,42	27.569,28
2.5	SINAPI	88488	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	1.017,66	16,61	20,80	21.167,39
2.6	SINAPI	102217	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) A ÓLEO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	M2	328,86	19,28	24,14	7.938,68
2.7	SINAPI	100741	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020_PE	M2	226,31	27,66	34,64	7.839,52
			SUBTOTAL ITEM 2					248.716,99
3			PINTURA EXTERNA					
3.1	SINAPI	88485	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	M2	870,75	4,89	6,12	5.328,99
3.2	SINAPI	95305	TEXTURA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	M2	870,75	14,71	18,42	16.039,22
3.3	SINAPI	100741	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020_PE	M2	126,00	27,66	34,64	4.364,64
3.4	SINAPI	102492	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 3 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	M2	195,85	29,16	36,51	7.150,34
			SUBTOTAL ITEM 3					32.883,19
CUSTO TOTAL COM BDI INCLUSO								283.967,06



Prefeitura Municipal de Itirapuã

ESTADO DE SÃO PAULO

C.N.P.J –MF 45.317.955/0001-05

Rua Dozito Malvar Ribas, 5.000 – Fone (16) 3146-6700 – CEP 14.420-000 – ITIRAPUÃ-SP

1.2. CÁLCULO DE BDI

Item Componente do BDI		Intervalo de admissibilidade			Valores Propostos (%)
		Mínimo (%)	Médio (%)	Máximo (%)	
A C	Administração central	3,00	4,00	5,50	3,00
R	Riscos	0,97	1,27	1,27	0,97
S + G	Seguro e Garantia	0,80	0,80	1,00	0,80
D F	Despesas Financeiras	0,59	1,23	1,39	0,59
L	Lucros	6,15	7,40	8,96	6,16
I	Tributos (PIS)	3,65	5,75	6,65	0,65
	Tributos (COFINS)				3,00
	Tributos (ISS)				2,50**
	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)		4,50		4,50

BDI =	25,22 %
--------------	----------------

OBS: 1) Esta planilha foi elaborada conforme equação para cálculo do percentual do BDI recomendada pelo relatório do acórdão TCU – 2369/2011 e TCU – 2622/2013, conforme abaixo ilustrado.

$$BDI = \left(\left(\frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} \right) - 1 \right) \times 100$$

** Os tributos (I) aplicáveis são PIS (0,65%), COFINS (3%) e ISS (variável, conforme município de 2 a 5% e, em alguns casos, isento). ISS de Itirapuã – SP de 5,00%, com dedução de 50%, sobre os totais dos serviços executados, incluindo material, conforme Lei Tributária Municipal sobre ISS.



Prefeitura Municipal de Itirapuã

ESTADO DE SÃO PAULO

C.N.P.J – MF 45.317.955/0001-05

Rua Dozito Malvar Ribas, 5.000 – Fone (16) 3146-6700 – CEP 14.420-000 – ITIRAPUÃ-SP

Memória de cálculo do BDI Referencial

1.2.1. Considerações Iniciais

Acórdão nº 2.622/2013 - TCU - Plenário

O Acórdão nº 2.622/2013 - TCU versa sobre as faixas de valores dos itens componentes do cálculo do BDI, bem como os valores referenciais de BDI por faixa de valores de obras e serviços de engenharia de edificações.

1.2.1.1. Componentes do BDI

Os itens considerados no cálculo do BDI estão contemplados nas tabelas do Acórdão 2.622/2013 e podem ser verificados no Art. 9º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para a elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, sendo:

I- Taxa de rateio da administração central;

II - Percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e personalística que oneram o contratado;

III - Taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; e

IV - Taxa de lucro.

De acordo com o Acórdão nº 2.622/2013 - TCU – Plenário, a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), foi criada pela União para desonerar a folha de salários de diversas atividades econômicas em substituição à contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos.

1.2.2. Desoneração da folha de pagamento

A partir de 2011, as empresas passaram a ser contempladas com a política nacional de desoneração da folha de salários, substituindo a Contribuição Patronal Previdenciária (CPP) referente aos 20% (vinte por cento) sobre a folha, por uma contribuição de inicialmente 1,50% ou 2,50%, que posteriormente baixou para 1,00% ou 2,00% sobre a receita bruta, conforme segmento da empresa. Em 13 de novembro de 2014, foi criada a Lei nº 13.043 tornando permanente a desoneração da folha.

A lei 13.161/2015, de 31 de agosto de 2015, com vigência a partir de 1º de dezembro de 2015, alterou a alíquota incidente sobre a receita bruta das empresas, no caso da construção civil, de 2,00% para 4,50%, para preços desonerados. Com essa lei, a desoneração passou a ser facultativa, sendo opção da empresa, escolher entre a contribuição sobre a receita bruta (CPRB) ou contribuir sobre a folha salarial, optando em cada serviço por uma das duas contribuições.

Como no processo licitatório não é sabido, de antemão, qual o licitante vencedor e, pelo fato do edital exigir que a empresa tenha sua atividade-fim relacionada com a área da construção civil, objeto da licitação, adotou-se, o SINAPI com desoneração, sendo aplicada, portanto uma CPRB, a fim de remunerar a contratada quanto à tributação sobre a receita bruta, de 4,50%.

1.2.3. Equação do Cálculo do BDI



Prefeitura Municipal de Itirapuã

ESTADO DE SÃO PAULO

C.N.P.J –MF 45.317.955/0001-05

Rua Dozito Malvar Ribas, 5.000 – Fone (16) 3146-6700 – CEP 14.420-000 – ITIRAPUÃ-SP

Para o cálculo do BDI foi considerado a equação proposta pelo relatório que fundamentou o Acórdão nº 2622/2013, ilustrada abaixo:

Onde:

$$BDI = \left(\left(\frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} \right) - 1 \right) \times 100$$

AC é a taxa de rateio da administração central;

R corresponde aos riscos;

S é uma taxa representativa de Seguros;

G é a taxa que representa o ônus das garantias exigidas em edital;

DF é a taxa representativa das despesas financeiras;

L corresponde ao lucro/remuneração bruta do construtor e;

I é a taxa representativa dos tributos incidentes sobre o preço de venda (PIS, Cofins, CPRB e ISS).

1.2.4. Premissas e Considerações para o Cálculo do BDI referencial

1.2.4.1. Administração Central (AC)

O acórdão nº. 2.622/2013 estabelece que essa parcela fique entre 3,00% e 5,50%, para obras de construção de edifícios.

Várias bibliografias apontam para uma taxa variando entre 2% e 15%, conforme cita o relatório que fundamentou o acórdão 2369/2011, a saber: "Mozart Bezerra da Silva, em seu livro 'Manual de BDI', 1ª Edição, 2006 (p. 56 e 57), apresenta orçamentos para oito portes de empresas construtoras dos quais pode ser inferido que o rateio da Administração Central terá uma relação inversa com o custo direto. Tais estudos indicam uma taxa de administração central variando de 5 % a 15%. Também, Maçahico Tisaka – 'Orçamento na Construção Civil', 1ª Edição, 2006 (p. 93) – considera o rateio da Administração Central variando entre 5% e 15%, e Aldo Dórea Mattos – Como preparar orçamento de obras, 1ª Edição, 2006 (p. 208 e 209) afirma que os valores mais comuns ficam entre 2% e 5% do custo da obra. Já André Luiz Mendes e Patrícia Reis Leitão Bastos, em 'Um aspecto polêmico dos orçamentos de obras públicas: Bonificação e Despesas Indiretas (BDI)', publicado na Revista do Tribunal de Contas da União. Brasília, v. 32, n. 88, abr/jun 2001, sugerem, para a composição do BDI dos orçamentos de obras públicas, a adoção de uma taxa de administração central de 6%."

Diversos são os fatores que podem influenciar as taxas de administração central praticadas pelas empresas, podendo ser citados: estrutura da empresa, número de obras e serviços que a empresa esteja executando no período, complexidade e prazo, bem como o faturamento da empresa. Assim, compor a taxa de Administração Central depende dos gastos de cada empresa, os quais são extremamente variáveis em função do seu porte e dos contratos que são por ela administrados.



Prefeitura Municipal de Itirapuã

ESTADO DE SÃO PAULO

C.N.P.J –MF 45.317.955/0001-05

Rua Dozito Malvar Ribas, 5.000 – Fone (16) 3146-6700 – CEP 14.420-000 – ITIRAPUÃ-SP

Assim, constata-se que adotar uma equação para o cálculo do rateio da administração central a exemplo da proposta por Maçahico Tisaka – 'Orçamento na Construção Civil', 1ª Edição, 2006 (p. 91) é totalmente inútil para o gestor público, pois este não conhece, a priori, qual o faturamento e a estrutura de custos da empresa que ganhará a licitação e/ou executará. Deste modo, considera-se de bom senso utilizar para a Administração Central a taxa de 3,00% para o BDI referencial.

1.2.4.2. Seguro (S) e Garantias (G)

Para o item Seguro, a previsão é de uma taxa específica para cobrir as despesas advindas da contratação de seguros para cobertura dos riscos que são inerentes ao ramo da construção civil, visto que reduzi-los a zero é, de forma evidente, impossível.

Quanto às Garantias, foram consideradas as recomendações dadas pelos Acórdãos 325/2007 e 2622/2013, ou seja, utilizar o valor mínimo igual a zero nos casos em que não haja exigência no edital até o valor de 0,80% quando somado ao item Seguro.

Assim, considerou-se o valor de 0,80% para o BDI referencial no que tange à Seguros e Garantias (S + G) com base nos valores da tabela de obras do Acórdão 2622/2013.

1.2.4.3. Riscos e imprevistos (R)

Considerou-se de bom senso trabalhar com a faixa de valores do item Riscos da tabela do Acórdão 2622/2013, adotando o valor médio de 0,97% para BDI referencial. Conforme o item 3.2 no quadro 10 do mesmo Acórdão, o item "Construção de Edifícios", o qual compreende obras de construção, reforma de edificações e obras aeroportuárias terminais.



Prefeitura Municipal de Itirapuã

ESTADO DE SÃO PAULO

C.N.P.J –MF 45.317.955/0001-05

Rua Dozito Malvar Ribas, 5.000 – Fone (16) 3146-6700 – CEP 14.420-000 – ITIRAPUÃ-SP

1.2.4.4. Despesas Financeiras (DF)

Conforme Lei 4.320/1964, arts. 62 e 63, salvo casos excepcionais, as entidades contratantes só podem legalmente pagar pelos serviços após sua efetiva realização nos contratos de construção de obras públicas. Deste modo, a contratada adquire os insumos e realiza os serviços com seus próprios recursos, e recebe pelos serviços em até 30 dias após a medição, conforme estabelece a Lei n. 8.883/1994. Ocorre, com isso, uma defasagem entre o momento do desembolso e o momento do efetivo recebimento, o que acarreta perda monetária.

Mês / Ano	Taxa SELIC 12 Meses (Nov/2023 – Out/2024 - %)
Jun / 23	1,07
Jul / 23	1,07
Ago / 23	1,14
Set / 23	0,97
Out / 23	1,00
Nov/23	0,92
Dez/23	0,89
Jan/24	0,97
Fev/24	0,80
Mar/24	0,83
Abril/24	0,89
Mai/24	0,83
Total	11,38
Média	0,9483
Fonte: Sítio do Banco Central	

Sendo a Selic a taxa oficial de juros definida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central, considera-se adequada a sua utilização para a definição de um patamar para remunerar as despesas financeiras, conforme consta no relatório que fundamentou o Acórdão nº 325/2007 - Plenário, o percentual mensal relativo aos últimos doze meses foi de 0,59 % para ambos BDI.

1.2.4.6. Lucro (L)

O lucro é outra parcela reconhecidamente complexa de se estimar, apresentando grande variação de valores propostos entre os autores da área e também nos adotados pelos órgãos públicos em suas licitações. Considerou-se a taxa de Lucro de 6,16% para BDI referencial.

1.2.4.7. Impostos (I)

Para as alíquotas do PIS e COFINS foi considerado o regime de incidência cumulativa, com base no art. 8º da Lei n. 10.637/2002 e art. 10º da n. Lei 10.833/2003 (alterada pela Lei 13.043/2014), que apontam as pessoas



Prefeitura Municipal de Itirapuã

ESTADO DE SÃO PAULO

C.N.P.J –MF 45.317.955/0001-05

Rua Dozito Malvar Ribas, 5.000 – Fone (16) 3146-6700 – CEP 14.420-000 – ITIRAPUÃ-SP

jurídicas e receitas que permanecem sujeitas ao regime cumulativo, dentre elas, as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada de obras de construção civil (Lei n. 12.375/2010). Assim, as obras e serviços de engenharia contribuem para o PIS e a COFINS utilizando as alíquotas de contribuição de 0,65% e 3,00% do faturamento bruto, respectivamente.

Para as empresas com regime de incidência não-cumulativa, as incidências de PIS e COFINS não poderá ser aplicada seus percentuais máximos, mas sim, aquelas que apresentam a média das alíquotas efetivamente recolhida nos últimos doze meses. Assim, será exigida das empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa, que apresentam o Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais – DACON, utilizado para a elaboração dos percentuais de PIS e COFINS, correspondente à média dos recolhimentos dos últimos doze meses.

Diante do exposto, o percentual aceitável relativo a tributos do PIS e COFINS, para as pessoas jurídicas sujeitas à incidência não-cumulativa, o percentual máximo aceitável é de 10,65% para o BDI referencial.

1.2.4.8. PIS e COFINS

Conforme exposto acima e dado pela tabela de BDI para construção de edifícios, dada pelo Acórdão nº 2622/2013, considera-se o valor de 0,65% para o PIS.

1.2.4.9. COFINS

Conforme exposto anteriormente, considera-se o valor de 3,00% para o COFINS.

1.2.4.10. ISS

Para o ISS, a alíquota mínima foi fixada em 2% pelo art. 88, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, enquanto a alíquota máxima foi estipulada em 5% pelo art. 8º, inciso II, da Lei Complementar n. 116, de 31/07/2003.

Ressalte-se, ainda, conforme o § 2º, inciso I, art. 7º dessa mesma Lei Complementar, que a base de cálculo desse tributo é o preço do serviço, excluindo-se desse número o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços.

Ainda, os municípios gozam de autonomia para fixar as alíquotas desse tributo, desde que respeitados esses limites, e que, nos orçamentos, se deve adotar a alíquota de ISS do município onde o empreendimento é realizado, e não aquela de onde fica a sede da empresa construtora.

Assim, sendo a obra ou o serviço de engenharia executada no município de Itirapuã, SP, conforme o Lei Complementar do município, o imposto sobre serviços de qualquer natureza, possui a alíquota de 5,00 %.

1.2.4.11. CPRB

O acórdão nº. 2.622/2013 estabelece a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), criada pela União para desonerar a folha de salários de diversas atividades econômicas em substituição à contribuição patronal



Prefeitura Municipal de Itirapuã

ESTADO DE SÃO PAULO

C.N.P.J –MF 45.317.955/0001-05

Rua Dozito Malvar Ribas, 5.000 – Fone (16) 3146-6700 – CEP 14.420-000 – ITIRAPUÃ-SP

de 20%. Esse percentual que foi estabelecido em 2,00% aplicado sobre o valor da receita bruta, pelo acórdão, foi alterado para 4,50%, pela Lei 13.161 de 31 de agosto de 2015 e passou a vigorar em 01º de dezembro de 2015. Como os preços SINAPI utilizados para composição da Planilha Orçamentária estão desonerados, esse percentual de 4,50% foi aplicado sobre o valor da receita bruta, onerando o BDI.

Valor do BDI para PINTURA DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE ONOFRE MORETTI

Considerando a equação apresentada no item 2 e os parâmetros do item 3, temos:

BDI =	25,22 %
-------	---------

CÁLCULO DO BDI

COMPOSIÇÃO DO BDI		
ISS = 5%		
SIGLA	ITEM	PORCENTAGEM
AC	Administração Central	3,00%
SG	Seguro e Garantia	0,80%
R	Risco	0,97%
DF	Despesas Financeiras	0,59%
L	Lucro	6,16%
CP	COFINS + PIS	3,65%
CPRB	Contribuição Previdenciária	4,50%
	ISS	2,50%
Total do BDI		25,22%

FÓRMULA DO BDI

$$BDI.DES = \frac{(1+AC + S + R + G)*(1 + DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$



Prefeitura Municipal de Itirapuã

ESTADO DE SÃO PAULO

C.N.P.J –MF 45.317.955/0001-05

Rua Dozito Malvar Ribas, 5.000 – Fone (16) 3146-6700 – CEP 14.420-000 – ITIRAPUÃ-SP

AC | Administração Central - Percentual incluído no contrato para suprir gastos gerais que a empresa efetua com a sua administração, tais como: aluguel da sede, salários dos funcionários da sede, material de expediente, entre outros.

SG | Seguro e Garantia.

R | Risco.

DF | Despesas Financeiras - Despesas financeiras são gastos relacionados à perda monetária decorrente da defasagem entre a data do efetivo desembolso e a data da receita correspondente.

L | Lucro - Percentual incluído no contrato referente ao lucro pretendido.

CP | Somatório do COFINS e PIS.

CPRB | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta. Aplicado quando opta-se pelo Regime de Desoneração da Folha de Pagamento.

ISS | Imposto Sobre Serviços, aplicado a Base de Cálculo.

1.3. MEMÓRIA DE CÁLCULO

O presente Memorial de Cálculo do projeto executivo da PINTURA DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE ONOFRE MORETTI, está presente no ANEXO I.

1.4. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Os prazos estipulados no cronograma físico-financeiro apresentado. As etapas da obra estão divididas da seguinte forma:

Etapla prevista	Percentual a ser executado	Percentual acumulado
Parcela 01	29,74%	29,74%
Parcela 02	28,90%	58,64%
Parcela 03	29,78%	88,42%
Parcela 04	5,79%	5,79%
Parcela 05	5,79%	5,79%

PARCELA 01:

1. SERVIÇOS INICIAIS:

- 1.1. Fornecimento e instalação de placa de obra com chapa galvanizada e estrutura de madeira. Af_03/2022_ps.

2. PINTURA INTERNA:

- 2.1. Emassamento com massa látex, aplicação em parede, duas demãos, lixamento manual. Af_04/2023;
- 2.2. Emassamento com massa látex, aplicação em teto, duas demãos, lixamento manual. Af_04/2023;
- 2.3. Pintura esmalte em superfície de concreto / alvenaria, duas (2) demãos, exclusive selador acrílico e massa acrílica/corrida (PVA).



Prefeitura Municipal de Itirapuã

ESTADO DE SÃO PAULO

C.N.P.J –MF 45.317.955/0001-05

Rua Dozito Malvar Ribas, 5.000 – Fone (16) 3146-6700 – CEP 14.420-000 – ITIRAPUÃ-SP

PARCELA 02:

3. PINTURA INTERNA:

- 3.1. Pintura látex acrílica premium, aplicação manual em paredes, duas demãos. Af_04/2023;
- 3.2. Pintura látex acrílica premium, aplicação manual em teto, duas demãos. Af_04/2023).

PARCELA 03:

4. PINTURA EXTERNA:

- 4.1. Pintura tinta de acabamento (pigmentada) a óleo em madeira, 2 demãos. Af_01/2021;
- 4.2. Pintura com tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético acetinado) pulverizada sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (por demão). Af_01/2020_pe;

PARCELA 04:

5. PINTURA INTERNA:

- 5.1. Fundo selador acrílico, aplicação manual em parede, uma demão. Af_04/2023;
- 5.2. Textura acrílica, aplicação manual em parede, uma demão. Af_04/2023.

PARCELA 05:

6. PINTURA EXTERNA:

- 6.1. Pintura com tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético acetinado) pulverizada sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (por demão). Af_01/2020_pe;
- 6.2. Pintura de piso com tinta acrílica, aplicação manual, 3 demãos, incluso fundo preparador. Af_05/2021.

7. SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

- 7.1. Antes do início dos trabalhos, a CONTRATADA deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO as medidas de segurança a serem adotadas durante a execução do serviço.
- 7.2. Será de responsabilidade da CONTRATADA, a adoção de todas as medidas relativas à prevenção de acidentes de trabalho, durante toda a execução da obra, devendo ser rigorosamente obedecidas as legislações pertinentes em vigor, com ênfase para a NR 18 – “Condições e meio ambiente do trabalho na indústria da construção civil” do Ministério do Trabalho e Emprego.
- 7.3. Atender às normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em lei, na condição de única responsável por



Prefeitura Municipal de Itirapuã

ESTADO DE SÃO PAULO

C.N.P.J –MF 45.317.955/0001-05

Rua Dozito Malvar Ribas, 5.000 – Fone (16) 3146-6700 – CEP 14.420-000 – ITIRAPUÃ-SP

acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas e jurídicas direta ou indiretamente envolvidas na execução do objeto do contrato.

- 7.4. Será obrigatório por parte dos operários, o uso de equipamentos de segurança: Equipamento de Proteção Individual (EPI) e Equipamento de Proteção Coletiva (EPC). O não cumprimento desta obrigatoriedade proporcionará a interrupção dos serviços, a qualquer momento, pela Secretaria de engenharia e obras. Não poderá permanecer trabalhando qualquer operário que se recusar ou negligenciar o uso dos equipamentos mencionados. O não cumprimento desta obrigatoriedade proporcionará a interrupção dos serviços, a qualquer momento, pela Secretaria de engenharia e obras. Não poderá permanecer trabalhando qualquer operário que se recusar ou negligenciar o uso dos equipamentos mencionados.
- 7.5. No canteiro de obras deverão ser mantidos todos os equipamentos de proteção individual necessários à utilização pelos funcionários da CONTRATADA, FISCALIZAÇÃO e visitantes, entre eles, considerando-se indispensáveis, as proteções visuais, para os pés e para a cabeça.
- 7.6. O fornecimento dos equipamentos de segurança é de responsabilidade da CONTRATADA.
- 7.7. A CONTRATADA deverá apresentar a FISCALIZAÇÃO cópia de ficha de entrega dos EPIs aos seus funcionários.
- 7.8. É terminantemente proibido o uso de sandálias ou chinelos por parte dos operários. A fiscalização poderá a qualquer tempo, independente de aviso ou notificação, suspender a execução da obra, sem ônus para a PREFEITURA MUNICIPAL, se constatar a falta de tais equipamentos.
- 7.9. A CONTRATADA deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, obstruir portas e saídas de emergência e impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio.
- 7.10. Deverão ser fixados no canteiro de obras placas informativas e de orientação visando a segurança de todas as pessoas. A FISCALIZAÇÃO a qualquer momento poderá solicitar a colocação de placas, às expensas da CONTRATADA.



Prefeitura Municipal de Itirapuã

ESTADO DE SÃO PAULO

C.N.P.J –MF 45.317.955/0001-05

Rua Dozito Malvar Ribas, 5.000 – Fone (16) 3146-6700 – CEP 14.420-000 – ITIRAPUÃ-SP

1.5 PROJETO

O presente projeto executivo da PINTURA DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE ONOFRE MORETTI, está presente no ANEXO II.

Itirapuã, 18 de junho de 2024.

FABIANO AMORIM

Secretário Municipal de Engenharia e Obras
CAU: A27286-8

ODAIR DALSECO DE OLIVEIRA

Engenheiro Civil
CREA: 040024594-0